



SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 177

07/05/92



ELETROSUL

Bresser e Perdas Salariais: a luta vai começar

A Intersindical reuniu-se na terça-feira para implementar as deliberações do plano de ação estabelecido no seminário da semana passada. A curto prazo o foco de atenção será o pagamento imediato do Plano

Bresser e o reajuste salarial do mês de maio.

Plano Bresser: existe a intenção da empresa de postergar o pagamento, sem compromisso com o passivo trabalhista que está se avolumando. Segundo a Intersindi-

cal a hora de pareceres jurídicos e discursos emocionais - como recentemente o presidente Amilcar fez afirmando que "até a última gota de sangue não pagarei o Plano Bresser" - acabou. O que se precisa agora é, com responsabilidade

e maturidade, reconhecer esta dívida, sentar com os sindicatos e negociar seu pagamento pragmaticamente. Um levantamento superficial, feito pelos sindicatos, apontou um passivo trabalhista de 80 milhões de dólares. A Intersindical acredita que isto é um motivo de sobra para qualquer administrador público sério se preocupar e buscar solução.

Reposição de maio: O Comando Nacional dos Eletricitários há mais de um mês encaminhou à Eletrobrás o pedido de abertura de negociações visando a reposição salarial do mês de maio. Até o momento a Eletrobrás não tomou nenhuma medida neste sentido. Semana passada, na última reunião do CNE, ficou estabelecido que os sindicatos devem procurar suas empresas para esclarecer definitivamente se as negociações se darão a nível regional ou nacional.

razinho) negociou este item com os sindicatos. Mencionou também o fato de que esta questão está sendo resolvida em todo país através da negociação.

2) Reposição Salarial: embora o DA tenha declarado que ainda não existe por parte da diretoria uma posição sobre o reajuste de maio e se a negociação deve ser nacional ou diretamente com a empresa, Pasin entende que o acúmulo de perdas cria problemas na área de administração de pessoal.

3) Demissões: foi cobrada pela Intersindical a continuidade do processo de demissões inclusive com fortes boatos sobre outras 164 dispensas na área operacional, sem critérios ou justificativas. Pasin foi evasivo e declarou que o problema está sendo estudado na DO.

Ao final o Diretor Administrativo se comprometeu com os sindicatos a dar uma posição da empresa sobre estes três itens na próxima segunda-feira.

Empresa dá sua posição na segunda-feira

Dando sequência às discussões havidas durante o dia, a Intersindical reuniu-se no final da tarde de terça-feira com o Diretor Administrativo, Ilário Pasin. A pauta resumiu-se a três itens:

1) Plano Bresser: Pasin demonstrou preocupação em relação ao passivo criado na Eletrosul e entende que a questão deve passar por uma negociação. Lembrou que quando era presidente da Eletrocar (Companhia de Energia de Ca-

CELESC

Negociação inicia hoje

Hoje, quinta-feira, 7 de abril, às 14 horas a Intercel se reúne com o Diretor Administrativo da Celesc, que deverá apresentar por escrito a contra-proposta da empresa para a pauta de reivindicações da categoria.

O presidente Verdini delimitou no encontro de terça-feira as linhas gerais sobre: 1) Política Salarial: que terá a aplicação da lei 8.222, a determinação de um residual de perda salarial que será zerado na data-base, e negociação salarial a cada dois meses, limitada ao percentual de 30% da despesa com pessoal em relação à receita líquida. 2) Demitidos: Verdini acentuou que buscará esclarecimentos junto ao jurídico da Celesc sobre a reintegração destes demitidos após o julgamento em Primeira Instância. 3) Plano AMHOR: Será feita uma experiência pelo período de três meses (maio, junho e julho) com flexibilização de custos por parte da Celesc, ou seja, o eventual adicional no custo será pago pela Celesc (o aumento do empregado fica vinculado ao reajuste da massa salarial neste período). Após os três meses será feito um levantamento de custos para se verificar a viabilidade do prosseguimento do plano. É importante ressaltar que já nesta fase experimental o plano prevê uma alteração no pagamento por parte dos empregados: consultas médicas passa de 20% para 50%, nos exames laboratoriais passa de 20% para 50% até 500 CH - acima deste valor permanece 20% e no ressarcimento de remédio: limitado a tratamentos e doenças crônicas. Sem estas alterações o custo do plano para o empregado subiria periodicamente a níveis insustentáveis, porque o reajuste do CH é determinado da Associação Médica Brasileira.



Trabalhadores criticam política econômica recessiva de Collor

Mais de três mil em Joinville

Em férias em Araxá(MG), o presidente Fernando Collor disse em Primeiro de Maio que os brasileiros precisam "ter paciência" e "pedir a bênção de Deus" para que o Brasil dê certo. Debaixo da chuva e sob o frio de Joinville (SC), três mil pessoas aproveitaram o Dia do Trabalhador para dizer que a culpa de o Brasil não dar certo é da incompetência do governo Collor, e Deus não tem nada a ver com isso.

O ato público promovido pela Central Única dos Trabalhadores em Joinville foi prejudicado pelo mau tempo, mas as palavras de ordem atacaram o mesmo alvo: a política econômica do governo e, em especial, o salário mínimo de Cr\$ 230 mil recém aprovado pelo Congresso Nacional. O ato lançou em Santa Catarina (ver box central) a campanha de coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular patrocinado pelas três centrais sindicais, que pretende esta-

belecer um salário mínimo equivalente a 450 dólares, a partir de aumentos progressivos até maio de 1995.

As lideranças políticas e sindicais presentes ao ato criticaram a política econômica recessiva e o programa de desestatização. "As estatais vendidas até agora formavam um patrimônio de dez bilhões de dólares, e tudo o que entrou nos cofres da União foram apenas Cr\$ 20 milhões", disse o secretário de formação da CUT Nacional, Jorge Lorenzetti, em referência ao uso de "moedas podres" para a privatização. Lorenzetti também lançou a campanha para coleta de assinaturas para outro projeto de lei de iniciativa popular, desta vez tentando barrar o processo de privatização de empresas públicas.

O ato de Primeiro de Maio em Joinville contou ainda com a presença do cantor e compositor Zé Ramalho, que apresentou um show de uma hora na praça principal da cidade.

Ninguém Esquece

Intersul quer auditoria na ELOS

A Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil encaminhou ao novo ministro das Minas e Energia um pedido de afastamento da diretoria da Elos, em vista do episódio SADE. Os sindicatos solicitaram também ao ministro que seja feita uma auditoria independente nas contas da Fundação. As duas medidas foram deliberadas em assembleia do Sinergia e em reunião da Intersul realizada em 05.05.92 em Florianópolis.

Paralelamente, os sindicatos, examinando as atas do Conselho de Curadores da ELOS, constataram que o presidente da Eletrosul, Amílcar Ga-

zaniga, participou da 106ª reunião do Conselho. Consta em ata daquela reunião que ele deixou clara a sua disposição e da Diretoria da Eletrosul de participar da solução dos problemas da Fundação.

"Não se sabe ao certo ao que ele se referiu", diz Sadi Pinto, diretor do Sinergisul. "Se era sobre a compra das ações da SADE, ou se do item 6.5 da reunião (dívida da Eletrosul para com a Elos) cuja situação é alarmante e preocupante - 43 milhões de dólares, a preço de setembro/91 - também registrado em ata".

SALÁRIO MÍNIMO



O Sinergia começa a distribuir esta semana um documento que contém a proposta da CUT, CGT e CONTAG sobre o novo valor do salário mínimo e a política de reajustes e de recuperação gradual do seu valor. Junto com o documento vem um formulário para uma abaixo-assinado. É que esta proposta será levada ao Congresso Nacional como um projeto de iniciativa popular. Para isto ela deverá ter um número significativo de assinaturas.

O objetivo da CUT é alcançar um milhão de assinaturas entre os trabalhadores. O eletricista poderá participar assinando a pro-

Trabalhador vai dizer como serão reajustes

posta e colhendo mais quatro assinaturas entre seus vizinhos, amigos e parentes. Como o documento será apresentado ao Congresso Nacional os dados necessários ao preenchimento do abaixo-assinado são aqueles constantes do título eleitoral. Depois é só entregar a listagem ao representante sindical no local de trabalho.

Entre os pontos básicos do projeto das centrais está a criação do Índice para Reajuste do Salário-Mínimo IRSM/IBGE que passará a corrigir o salário mínimo. De 1º de maio de 1992 até 1º de maio de 1995 fica garantido um aumento real correspondente a 30% da variação em cruzeiros da cesta básica

alimentar. A partir daí, e a cada bimestre, o aumento real será de 100% da variação em cruzeiros da cesta básica alimentar, até alcançar a meta que corresponde ao valor real de 5,4 salários-mínimos de janeiro de 1992, atualizados pelo IRSM/IBGE.

Em 1º de maio de 1992, o salário-mínimo corresponderá ao valor do salário-mínimo de janeiro de 1992, atualizado pela variação acumulada do IRSM/IBGE, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 1992, acrescido de um aumento real de 30% da variação em cruzeiros da cesta básica alimentar.

Os efeitos financeiros destas medidas vigoram a partir de 1º de

Governo inventa outra medida para arrochar

Clóvis Scherer **
Economista, técnico do DIEESE

Sob o pretexto de legislar sobre o Salário Mínimo, regulamentando os dispositivos constitucionais, a Câmara dos Deputados acabou mudando a lei para os outros salários.

O projeto de lei aprovado na Câmara, sob a batuta dos partidos governistas, revogou a Lei 8.222/91. Incorporou seus princípios como a quadrimestralidade dos reajustes, as antecipações bimestrais, a limitação do reajuste à faixa até três Mínimos. Mas incluiu o todo-mistério FAS (Fator de Atualização Salarial) e o IRSM (Índice de Reajuste do Salário Mínimo).

A intenção do Governo com o reajuste pelo FAS é permitir que parte da inflação desvalorize os salários mais baixos. Desde setembro os trabalhadores com salários até Cr\$ 288 mil tinham direito a rece-

berem reajustes salariais a partir de setembro serão calculados pelo FAS, mais uma das invenções dos economistas de plantão. Ele é resultado da multiplicação do índice de variação do IRSM no quadrimestre anterior por um fator de redução (ou aumento). Este fator é a diferença entre a inflação do último mês do quadrimestre e a inflação média no período. Diferença esta que pode fazer o reajuste ser menor que a inflação passada, desde que a tendência seja de diminuição da inflação.

trando ser mais um caso de perseguição na empresa.

Mesmo sendo cedo para avaliar o que ocorrerá quando da implantação definitiva da lei, prevista para setembro, seu sentido só pode ser o de arrochar os salários. Fosse outra a intenção do Governo e dos parlamentares que aprovaram o projeto, haveriam muitas fórmulas de reajuste mais apropriadas para uma inflação ascendente. Podem ser citadas o "gatilho", a reposição bimensal, mensal, a escala móvel, etc.

O projeto foi feito para uma inflação declinante, mas, ao contrário do que se deseja, a inflação não dá sinais de queda. Ela demonstrou sua tenacidade frente à estratégias recessivas. Uma mudança nesta estratégia, com a adoção de algum tipo de choque que pusesse a inflação próxima a zero nos primeiros meses, redundaria numa substancial perda salarial, legitimada por uma lei já votada e aprovada.

**Este texto foi elaborado a partir do projeto aprovado na Câmara dos Deputados, sem ter tido ainda aprovação final do Senado e sem os vetos do Presidente da República.

Demissões Inexplicáveis

Em reunião, na terça-feira, com o Diretor Administrativo da Eletrosul, Ilário Pasin, a Intersindical quis saber que motivos levaram a empresa a demitir o Operário Padrão do ano passado. Para surpresa de todos o DA disse desconhecer o fato. Fica a pergunta: será que Pasin também desconhecia a demissão, que se efetuava na hora do encontro, da companhia de um dirigente sindical recentemente reintegrado pela Justiça? A funcionária foi demitida, à revelia de sua chefia, mos-

trando ser mais um caso de perseguição na empresa.

Mesa Redonda sobre estatais

Dia 8 de maio, às 19h30min, no auditório dos Urbanitários de Londrina, o STIUL realiza uma mesa redonda sobre a gestão e transparência nas empresas públicas. Estarão presentes como debatedores o presidente da Copel, Francisco Sibut Gomide, o diretor de Operações da Sanepar, Mário Baggio, o deputado federal (PT-Pr), Paulo Bernardo e o representante do CNE, Kjeld Jacob Sen.

Concurso para literatura no Pr

Considerando a necessidade de estimular a produção literária e o maior acesso à leitura, a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná está promovendo os seguintes concursos, com os respectivos prazos de inscrições: 1) Concurso Nacional de Histórias Infantis, até 22.05.92; 2) Concurso Nacional de Romance, até 30.06.92 e; 3) Concurso Nacional de Contos, até 31.07.92. Maiores informações no Departamento de Cultura do Sinergia (fone 22-38-66) ou diretamente

com a SEEC/Pr, Rua Ébano Pereira, 240, CEP 80410, Ciba/Pr.

Para entender o setor elétrico

Está sendo distribuído para todos eletricistas da região sul um caderno (com edição de 5 mil exemplares) intitulado Modelo Institucional do Setor Elétrico - Bases para uma Proposta dos Trabalhadores. O caderno é do Comando Nacional dos Eletricistas e pretende dar informações gerais que possam servir de ponto de partida para uma discussão sobre o assunto em toda categoria.

TRIBUNA

A CELESC E A PRIVATIZAÇÃO

João Carlos Espíndola da Silva
Economista e empregado da Celesc

A opinião pública brasileira e mais particularmente a sociedade catarinense, além dos próprios empregados da Celesc, é bombardeada diuturnamente por argumentos em favor da privatização dos serviços prestados pelo Governo e suas empresas.

Estes argumentos, via de regra, estão ligados à ideia de que a iniciativa privada realiza os serviços de forma mais econômica.

Esta afirmação é falaciosa e em muitos casos MENTIROSA.

Todos os serviços no sistema elétrico são de caráter perigoso, isto é, se forem mal feitos poderão por em risco a vida das pessoas, tanto aquelas que trabalham, como aquelas que utilizam o sistema - os consumidores.

Além disso, se não forem utilizadas mão-de-obra e material de boa qualidade, a vida útil dos circuitos elétricos será reduzida, gerando a médio e longo prazos, maiores dispêndios à empresa, cujos valores serão repassados, obrigatoriamente, aos consumidores.

Portanto a ideia de que os serviços prestados pela área privada são mais econômicos é um engodo, uma baleia.

Neste particular "o barato sai caro". Normalmente materiais baratos implicam em péssima qualidade, riscos nas estruturas elétricas (postes, equipamentos de proteção, fios, etc) e redução significativa da vida útil do sistema de energia elétrica.

A mesma ideia pode ser atribuída à mão-de-obra, neste caso normalmente não são treinados ou treinados inadequadamente, além do fato de que a grande maioria desse pessoal são recrutados fortuitamente, isto é, apenas quando os serviços são contratados.

Isto aumenta os riscos, não só dos que trabalham, mas de todos usuários do sistema elétrico, deixando ao sabor da sorte milhões de pessoas.

Além disso, temos vários exemplos, em todos os departamentos regionais da empresa em todo Estado, onde os técnicos da Celesc fazem sistemática e permanentemente correções, ajustes e melhorias nos serviços executados pelas empreiteiras, evidentemente com muito mais custos à empresa e consequentemente aos que pagam as contas, isto é, os consumidores.

Estes técnicos são os mesmos que o Governo do Estado e principalmente alguns dirigentes da empresa estão dizendo que não produzem, estão ociosos e que custam caro aos cofres da empresa, que aliás está pagando um dos menores salários do setor elétrico nacional.

A rigor a produtividade (alta ou baixa) dos empregados da Celesc tem causas mais sérias do que pode aparentar ou que parece transparecer à opinião pública.

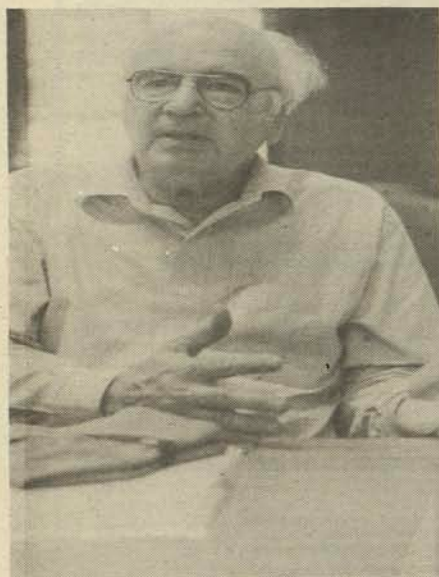
Uma dessas causas, que reputamos da maior importância, não está sendo levada a efeito, que é a questão GERENCIAL.

Se o pessoal da Celesc está ocioso, como afirma o Governador do Estado, porque então contratar serviços de terceiros? Nos parece, portanto, pagar duas vezes pelo mesmo serviço. Logo o problema é meramente gerencial e os menores culpados disso são os empregados e os consumidores, isto é, aqueles que no fim de tudo irão pagar a conta, infelizmente.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Junha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Delmar Ferreira. Editores: Gastão Cassal (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon. Ilustrações: Frank Mata. Diagramação e composição: Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone (0482) 22-3866; telefax (0482) 23-5596; telex 482555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Francês diz que trabalho não deve matar o homem



Wisner: o homem perde sua vida no trabalho

Esteve na quinta-feira passada, dia 30 de abril, visitando o Sinergia o francês Alain Wisner, médico, psicólogo, professor do Conservatório Nacional de Artes e Ofício da França, que está no Brasil à convite da UFSC e do programa de pós-graduação de Engenharia de Produção, desta universidade. O professor trabalha há muitos anos em contato estreito com países do sudeste asiático, África e América Latina. Atualmente suas pesquisas focalizam o modo como se dá a transferência de tecnologia - um estudo chamado por ele de antropotecnologia.

Nas pesquisas que desenvolve o professor tem mantido fortes relações com os sindicatos de todos estes países e com os sindicatos franceses, que têm como uma de suas principais reivindicações o reconhecimento da competência dos trabalhadores, geralmente negada pelos patrões, que argumentam que as tarefas desenvolvidas pelos empregados são simples, sem grandes complexidades e por isto mal pagas.

Wisner não gosta de fazer comparações entre trabalhadores europeus e os do terceiro mundo. Para ele, em qualquer lugar as pessoas têm problemas com suas condições de trabalho. Na França é claro que os salários diretos e, principalmente os indiretos, são maiores. De cada 100 francos pagos a um trabalhador a empresa paga outros 80 francos em salários indiretos (seguro saúde, desemprego, acidente de trabalho, locação familiar, etc).

"As condições de trabalho na França são bastante diversas, como o são aqui no Brasil. Lá, como aqui, um electricista tem que trabalhar na chuva, no sol, subindo em postes ou agachados em túneis no chão. Pode haver alguma diferença quanto ao equipamento. Mas no final das contas o serviço é o mesmo", explica.

Nos últimos 30 anos foram feitas várias enquetes com trabalhadores franceses sobre suas condições de trabalho. A última trouxe resultados muito interessantes. "Apesar do esforço do governo a mudança nestes últimos 30 anos foi pouco significativa em termos de condições de trabalho. As ações políticas do governo francês atingem forte as grandes empresas, mas muito pouco as médias e pequenas onde estão 90% do contingente de trabalhadores", diz o professor.

Alain Wisner conta que existe uma lei de 1982 que proíbe os patrões de proibir que os empregados falem durante o trabalho. Na enquete realizada em 1986 um número significativo de pessoas disseram que continuam a serem proibidas de conversar no trabalho. "Daí se conclui que a melhoria das condições de trabalho são lentas e o número de pessoas que sofrem no trabalho é bastante importante".

Temos que considerar que toda máquina é um produto cultural

Por tudo isto é que o pesquisador insiste em dizer que a luta por condições de trabalho continua atual seja no Japão, França ou Brasil. E diz mais: "a questão não é o indivíduo sofrer, mas não morrer de trabalho". Segundo ele, a expectativa de vida dos trabalhadores franceses não qualificados é de 8 anos a menos do que os trabalhadores de nível superior. Estes oito anos perdidos ficam por conta das condições de vida, de trabalho, habitação, transportes, alimentação, etc.

"Não existe coisa mais importante que a vida. A vida bem vivida. Hoje o indivíduo antes de morrer enfrenta uma série de problemas de saúde porque perdeu sua vida no trabalho, perdeu sua saúde, seu gosto por viver, pelo sexo, etc. Os trabalhadores estão sendo explorados pelas condições de trabalho além do aceitável."

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O fenômeno da transferência de tecnologia não é brasileiro, explica o professor. A França, por exemplo,

A questão nem é do indivíduo sofrer, mas não morrer de trabalho.

também importa grande parte de suas máquinas de produção. Vários aspectos devem ser levados em conta no caso da transferência de tecnologias.

"Primeiro temos que considerar que toda máquina é um produto cultural. Quem concebe, projeta uma máquina tem sempre em mente a população do país em que vive. Mas existem muitas diferenças como o clima, a estabilidade de tensão e frequência de energia elétrica, o fato da água ser tratada, as condições das linhas telefônicas, as estradas esburacadas, etc."

"Outro aspecto é o humano. A questão da assistência técnica. Se acontece um problema com minha lavadora de louça em Paris, em um ou dois dias ela estará consertada. Mas se a mesma máquina estiver no interior da França o conserto demora mais. Nestes casos tem que se pensar em formar pessoas ou trazê-las de fora".

"Mas mais importante que tudo isto é qual é a competência dos trabalhadores. Aqui a questão da alfabetização é importante. É claro que não para quem trabalha na construção civil. Mas quem trabalha no setor elétrico, por exemplo, não pode ser analfabeto. Na Martinica, um departamento francês, o pessoal que implanta linhas de transmissão tem imensa dificuldade em ler projetos da rede. O que se faz então: o pessoal qualificado vai a campo na véspera e os orienta e eles fazem o trabalho se situando por marcos como árvores e casas."

Um exemplo brasileiro bastante curioso sobre transferência de tecnologia mal sucedida foi contado pelo professor. Foi construída uma indústria no centro do Brasil que precisava de técnicos especializados para funcionar. Estes técnicos não existiam na região. Foram buscá-los no litoral, mas o salário pedido era tão alto que inviabilizaria o negócio. No final tiveram que fechar a empresa.

"Tudo isto é para mostrar que os patrões não levam em consideração estes problemas. Os que projetam, concebem e vendem equipamentos não levam

estes aspectos em consideração. A tecnologia tem em si aspectos evidentes e outros implícitos que quando são transferidos não são levados em conta. Só quando estes equipamentos chegam ao país de destino estes aspectos se evidenciam".

No final o problema acaba sendo "um problema sindical", diz Weisne. Porque o que se diz, em todo lugar, é que os trabalhadores é que são incapazes. "Se um computador não funciona por um problema de variação de frequência, dizem que é o indivíduo que não sabe usá-lo. Se por acaso uma máquina tem problema de manutenção dizem que é o trabalhador que é incapaz de fazer esta manutenção. Perguntam: como é que um trabalhador na Alemanha faz e no Brasil eles não conseguem fazer? Se coloca a responsabilidade nas costas do trabalhador, quando, na verdade, são responsabilidades devidas à questão de transferência de tecnologia".

Por isto entende o professor que sindicatos e o pessoal acadêmico da ergonomia (estudo da adaptação do trabalho ao homem) devem trabalhar em conjunto no sentido de analisar as verdadeiras razões porque o equipamento não funciona e evidenciar os aspectos implícitos que não são considerados por patrões e vendedores.

NEO-LIBERALISMO

Comentando as mudanças que estão ocorrendo no mundo inteiro, o professor diz que estamos assistindo uma crise ideológica de grande profundidade depois da queda dos regimes do Leste Europeu. "As ideologias estão em crise, mas os problemas continuam."

Para a França, segundo ele, o projeto neo-liberal não tem muito significado. Há 10 anos quando o socialismo venceu suas primeiras eleições no país aconteceu uma grande onda de estatizações. "E isto está tendo bons resultados econômicos até hoje. Naquela época, por exemplo, uma grande empresa do setor de alumínio francês estava para ser comprada por uma multinacional. Ela foi estatizada e recentemente foi ela quem adquiriu uma empresa americana".

A tendência, segundo ele, é manter este nível de estatizações. "Nada mais ilustrativo que os serviços de educação, saúde, correio nos Estados Unidos que considero precários justamente por serem privatizados. Tive exemplos desastrosos com o Correio americano. Aqui no Brasil, em duas semanas já recebi três cartas de minha esposa e até uma tese de um aluno. O serviço de Correio brasileiro, assim como o francês é estatal e por isto é excelente".